



PROVADO COM EMENDA POR UNANIMIDADE
A 1528 SESSÃO ORDINÁRIA DA 6ª
LEGISLATURA NO DIA 31 DE JULHO DE 2012
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPELA DE SANTANA - RS
1º SECRETÁRIO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE CAPELA DE SANTANA**

**ATA DA 151ª. SESSÃO ORDINÁRIA, DA 6ª. LEGISLATURA, DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPELA DE SANTANA.**

Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e doze às dezenove horas e trinta minutos, realizou-se na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Capela de Santana a centésima quinquagésima primeira Sessão Ordinária da 6ª Legislatura. A Sessão Ordinária realizou-se com a presença dos Vereadores Jardelino Roque dos Santos – PDT, Valdir Minto - PMDB, Varlei de Vargas - PTB, Libório Flores – DEM, Ildemar Collovini – PTB, José Aloísio Flores – DEM, Fernando Martins da Silva – PDT, Ana Regina Patuzzi – PP, sob a Presidência do Vereador Ivo José Hanauer - PDT. O Presidente da Mesa Diretora deu início à Sessão e em seguida solicitou a Vereadora Ana Regina Patuzzi para que fizesse a leitura de um trecho bíblico. Logo após, passou para a votação da Ata da última Sessão ordinária realizada no dia 17 de Julho do ano corrente, que foi aprovada por unanimidade em seus próprios termos. A seguir o presidente solicitou ao secretário para que fizesse a leitura da correspondência recebida Ofício N° 012640/MS/SE/FNS – Ministério da saúde, Ofício N° 012275/MS/SE/FNS – Ministério da saúde, Ofício N° 000225/MS/SE/FNS – Ministério da saúde, Ofício N° CM134065/2012 – Ministério da Educação, Ofício N° CM134066/2012 – Ministério da Educação, Ofício N° CM134067/2012 – Ministério da Educação, Ofício N° CM134068/2012 – Ministério da Educação, Ofício N° CM134069/2012 – Ministério da Educação, Ofício N° CM134070/2012 – Ministério da Educação, Ofício N° CM134071/2012 – Ministério da Educação, Ofício N° CM134072/2012 – Ministério da Educação, Ofício N° CM134073/2012 – Ministério da Educação, Ofício N° CM134074/2012 – Ministério da Educação, Ofício N° CM134075/2012 – Ministério da Educação e Ofício – Prestação de contas CTG Vaqueanos da Tradição. **ORADORES: Vereador Varlei de Vargas:** Inicia seu pronunciamento cumprimentando a todos os presentes e a todos que escutam, através da rádio, os trabalhos desta sessão. Faz um comentário sobre o abaixo assinado, o qual inclusive esteve nesta casa legislativa, que fazia referência a cobertura de uma operadora telefônica, desta forma lembra que já falou

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 DE CAPELA DE SANTANA**

em tribuna sobre a lei, ao qual a Embratel faz algumas colocações às operadoras de telefonia, e em sequência disto faz uma critica a alguns Deputados Federais, num todo, devido ao fato de que só foi tomada uma atitude após a movimentação da população, pois anteriormente quando a população fazia criticas aos serviços não foi tomada nenhuma iniciativa, precisou o povo faz sua movimentação, por meios de documentos para que estes olhassem para o problema, comenta então que muitos políticos falam muito, contudo só agem se o povo realmente cobrar. Parabeniza a comunidade residente na Rua Rodeio Bonito a qual hoje tem sua iluminação pública, pois acredita que todo cidadão deve ter o direito, já que paga pela iluminação pública, assunto que diz já ter debatido com o advogado da CDP. Diz que como pessoa tem sua opinião, que devido a isto tem seus opositores, mas mesmo assim tem sua posição não ficando em 'cima do muro', mesmo que isto possa a vir a prejudica – lo, desta maneira comenta que o cidadão deve ter esperança, e sempre permanecer preparado diante das adversidades. Fala sobre os ocorridos em nosso Município, comentado que de certa forma ficou triste devido a isto afetar a imagem da nossa cidade. Diz que é uma pessoa que sempre procurou cuidar e zelar do bem que é público, e que deve ser dada uma educação que demonstre valores, zelando pela família. Em seguida, ainda sobre os ocorridos que aconteceram no município, fala que espera ser feito justiça, pois o que é errado não pode ser feito e que todos devem ser julgados, independente de quem se tratar. Ressalta o bem que é a instituição denominada família, a qual merece respeito e não ser usada como brinquedo. Por fim lembra que diante sua opinião não ficará calado, sempre irá coloca – la, com dignidade. **Vereador Fernando Martins da Silva:** Cumprimenta a todos os presentes e a todos os que ouvem a esta sessão e acompanham os trabalhos realizados nesta casa através da nossa Rádio. Inicia seu pronunciamento lembrando uma frase falada por todos os Vereadores, através do Vereador Valdir Minto, no dia primeiro de Janeiro de dois mil e nove, no inicio do mandato, a qual diz "Prometo exercer com dedicação e lealdade o meu mandato, respeitando a lei e promovendo o bem geral do Município, ao qual nós representamos" este foi o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE CAPELA DE SANTANA

juramento feito pelos vereadores, desta forma diz que foi baseado neste juramento, que desde o primeiro dia em que assumiu seu mandato, e até o final irá cumprir seu juramento, trabalhando sério. Assim lembra que os vereadores, são sim os fideiussores da comunidade desta forma jamais devem ver as atitudes equivocadas e se calar. Por conseguinte diz que é baseado em tudo que observa e nas documentações em que possui que o faz ter algumas posições e tomar algumas providências. Comenta que no ano de dois mil e nove houve um aumento no processo da coleta de lixo, onde foi esquecido pela administração um processo de licitação, então desta maneira após o recolhimento da documentação necessária entrou em contato com o tribunal de contas, o qual por sua vez fez com que a administração fosse multada, na época, em mais de vinte mil reais pela falta de licitação. Comenta que é obrigação ser realizado licitação, isto é lei, o que foi esquecido. Em sequência lembra que no dia cinco de junho falou em tribuna que não seria justo prejudicar o produtor rural, o qual trabalha o ano inteiro afim de que possa expor seus alevinos, peixes, uma vez que estes merecem o devido reconhecimento, assim como também os munícipes que trabalham com o artesanato, contudo diz que após o evento entrou em contato com o Ministério Público devido a alguns pontos pendentes da feira, tais como a falta de processo de licitação, pois gostaria que nos próximos anos não ocorram falhas que aconteceram neste ano. Faz um pedido aos que no ano seguinte, aqui estiverem exijam os devidos processos licitatórios e desta forma não deixará de assumir sua posição, pois declara que nada faz escondido. Expõe alguns dados principais os quais o fizeram procurar ajuda do Ministério Público, na presença do promotor Marcelo Tubino, pessoa responsável, digna e honesta, tais como o fato da administração declarar em uma reunião que não houve tempo hábil para fazer o processo licitatório. Onde nesta reunião o Prefeito Municipal disse que seria feita uma tomada de preço e que os vereadores não precisariam se preocupar, contudo em quanto estavam debatendo a falta do processo de licitação, os estantes estavam sendo montados no parque de eventos, então comenta que nesta reunião apresentou a seguinte questão de que se caso houver uma tomada de preço a

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

[Handwritten signatures]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 DE CAPELA DE SANTANA**

empresa que esta hoje se instalando no local ira sair ou apresentar um valor menor. Diz que os vereadores entraram em contato com muitas pessoas do Executivo onde alguns diziam que dentre sete dias (o que já estaria ocorrendo o evento) iria ser apresentado o solicitado, outros diziam que por ordem superiores não poderiam informar o solicitado. Em seguida diz que diante a estes ocorridos pediram a tabeliã de nosso município que realizasse uma ata notarial, em que demonstrasse a falta destes documentos no mural da prefeitura, onde o certo seria estar apresentado para que qualquer munícipe possa estar sabendo do processo de licitação. Outro ponto foi o fato do Projeto de repasse de verbas para a sonorização nem havia sido aprovado e a equipe de sonorização já se encontrava nas dependências do Centro Municipal de Eventos e o palco já estava sendo montado, o qual foi aprovado em uma sessão extraordinária. Comenta que juntamente com a tabeliã esteve no centro de eventos para ser registrado que o material estava sendo colocado sem mesmo antes houver o processo licitatório. Comentou sobre o alto valor que foi cobrado para ingressar na festa, onde um pai de família gastaria muito para se fazer presente no evento, então diz que diante o valor que foi investido na festa estes pontos deveriam ter sido melhor pensado, mostra – se a favor de que seja cobrado uma entrada, contudo que seja um valor condizente a realidade do município. Diz que foi por todos estes fatos que fizeram procurar o tribunal de contas do Estado e ao Ministério Público, ao qual nós apresentamos uma seria e de documentação, e não de acusações contra um ou outro individuo do município. A fim de mostrar que a administração passa por cima da obrigatoriedade do processo de licitação. A partir de então cabe ao Ministério Público o trabalho de realizar uma investigação de forma clara, e agir corretamente, procurando dos responsáveis um esclarecimento. Por fim diz que a atitude que tomou não foi uma atitude política, foi uma atitude clara, uma atitude de Vereador honesto, que procura cumprir seu juramento. **Vereador Libório Flores:** Cumprimenta a todos os presentes e a todos os que ouvem a esta sessão e acompanham os trabalhos realizados nesta casa através da nossa Rádio Comunitária. Inicia seu pronunciamento lembrando uma indicação, a qual encaminha

Geo

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 DE CAPELA DE SANTANA**

ao Executivo Municipal, que se refere a um concerto que deve ser feito de forma urgente, na nossa Av. Cel Orestes Lucas, em frente a metalúrgica, pois o declive que esta na pista pode vir a causar um acidente, diz que acredita que nesta situação o Executivo deve agir com rapidez, o que pouco esta se observando da parte do Executivo. Em sequência comenta sobre o Projeto de Lei que esta na comissão de Legislação, Orçamento e Finanças, ao qual se trata de um projeto tanto que delicado, pois é um projeto que hoje esta inconstitucional. Este se refere a um projeto que concede incentivo à Associação Comunitária do Pacote, e ele é incondicional pois esta sendo apresentado ao poder legislativo dentro do período eleitoral. Desta forma lembra que esta casa legislativa, esta comissão sempre teve o habito de agir legalmente então considera este projeto delicado, porque realmente este auxilio seria algo muito bom para a associação, contudo é um projeto que não é legal, assim ressalta que o Executivo Municipal sabe desta inconstitucionalidade, e mesmo assim envia para o legislativo, sendo que um caso que nem necessitaria passar pela aprovação da Câmara. Por conseguinte comenta que este ocorrido pode também ser entendido como uma atitude política, esperando apenas um não dos vereadores, para que estes passem a ser atingidos. Ressalta que ocorre até a associação corre riscos se aprovado este projeto. Faz um comentário sobre os fatos ocorridos na última semana no município, falando que seu telefone recebeu inúmeras ligações. Em seguida faz um comentário, em cima do que o Vereador Varlei comentou, sobre família, falando que sua família infelizmente já foi alvo de mentiras e calunias inventadas por pessoas, as quais não merecem morar em nossa cidade, contudo provou tanto para estas pessoas e quanto para comunidade num todo que tais comentários não eram verídicos, então ressalta que a seriedade deve estar acima de tudo, e todo aquele que deve algo merece pagar pelo que fez. Assim comenta que se houveram irregularidades com o dinheiro público, isto deve seriamente ser julgado, e fiscalizado já que é para fiscalizar que estes nove munícipes são vereadores e representantes da comunidade. Comenta que os candidatos a gerenciar o dinheiro público no próximo ano, não podem deixar de

800



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 DE CAPELA DE SANTANA**

lembrar que há leis acima deles, as quais devem ser respeitadas e seguidas, e assim uma delas é a Lei da Transparência, e ainda hoje quando o foi citado por sua ideia de criar uma emenda que trouxesse mais clareza ao projeto de concessão de verba para a Feira do Peixe, mostra que isto é um exemplo de algo que se pensou para que houve maior transparência nos valores que estavam sendo investidos na feira através da associação, contudo sua emenda não foi aprovada, infelizmente pois isto poderia ter trazido uma melhor transparência ao trabalho, assim fala sobre o comentário do promotor Marcelo Tubino referente a sua emenda colocada, ao qual disse que se esta emenda tivesse sido aprovada, nada dos transtornos que ocorreram teriam acontecido, já que elas traziam a proposta de uma total transparência. Desta forma diz que todos nos devemos agir e exigir transparências nos trabalhos públicos, e que não adianta pensarmos de uma forma, mas agirmos de outra totalmente contraia a nossa opinião. **Ordem do Dia:** Projeto de Lei 1466/2012, onde o relator Valdir Minto, fez a leitura do parecer favorável em seus próprios termos, a seguir o projeto foi colocado em discussão, houve manifestações, colocado em votação o mesmo foi aprovado por unanimidade em seus próprios termos. **Indicação:** Indicação nº 531/2012 de autoria do Vereador Ildemar Collovini “que o Executivo Municipal faça o patrolamento em todas as Ruas do Assentamento Capela e São José”. **Explicações Pessoais;** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou esta Sessão convidando a todos para a próxima Sessão e lavrou-se o presente Ata que vai assinada por quem de direito.